

## **AVALIAÇÃO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR E FATORES ASSOCIADOS DE FAMÍLIAS RESIDENTES EM SAPEAÇU-BA**

Ana Paula da Paixão da Silva<sup>1</sup>; Alessandra Santana Silva<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Graduanda em Nutrição (FAMAM), FAMAM, anapaulascontato@gmail.com@gmail.com; <sup>2</sup>Mestra em Microbiologia (UFRB), FAMAM, alessandraufrb@hotmail.com

O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) foi definido em 2006 pela Lei Orgânica N° 11.346, de 15 de setembro de 2006, como o direito ao acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem que comprometa o acesso a outras necessidades essenciais, respeitando a diversidade e sustentabilidade cultural, social, econômica e ambiental. O presente estudo teve como objetivo identificar os níveis de insegurança alimentar e nutricional de famílias residentes no município de Sapeaçu-Ba. O estudo foi realizado em maio de 2020, por meio de questionário online disponibilizado na plataforma Google Forms e conteve catorze perguntas, sendo sete delas direcionadas a famílias que continham membros menores de 18 anos. Dos vinte e um participantes da pesquisa, dezoito eram mulheres e três homens. Maior parte dos entrevistados cursavam o ensino superior, moravam com os pais, não tinham filhos e residiam na zona rural. A variação na faixa de idade esteve entre 15 e 39 anos. A situação relatada pelos entrevistados, indicou que a maioria das famílias que não possuem menores de 18 anos pertencem à classe de segurança alimentar, seguido de insegurança alimentar leve, insegurança alimentar grave e insegurança alimentar moderada. Concernindo às famílias que possuem menores de 18 anos de idade, não houve diferença nas quantidades de pessoas classificadas em segurança alimentar, insegurança alimentar leve, insegurança alimentar grave, seguido por insegurança alimentar moderada, a qual foi a minoria. De modo geral, observa-se que uma pequena parcela dos entrevistados sofreu restrições alimentares, tal como deixar de fazer alguma refeição, passar o dia inteiro sem se alimentar, ou não poder usufruir de uma refeição variada e saudável em razão da ausência de dinheiro. Avanços na agricultura familiar contribuíram positivamente para que moradores da zona rural, no geral, sejam menos vulneráveis à experiência com a fome. Conclui-se, portanto, que a garantia ao acesso a segurança alimentar e nutricional é de inteira responsabilidade do Estado, o qual deve acatar medidas que promovam qualidade de vida aos cidadãos, tais como investimento em saneamento básico, emprego, saúde e educação.

**Palavras-chave:** Nutrição. Insegurança Alimentar. Educação Alimentar e Nutricional